

EDP Smart Energia Ltda.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores da
EDP Smart Energia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Smart Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Smart Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às empresas limitadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP SMART ENERGIA LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			Não auditado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.132	4.978
Consumidores e concessionárias	4	39.146	16.906
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	1.351	390
Outros tributos compensáveis	5	3.185	3.180
PIS e COFINS diferidos	6	24.791	3.746
Cauções e depósitos vinculados	7	1.732	1.466
Compromissos futuros	10	290.711	47.273
Outros créditos	11	624	503
Total do Ativo Circulante		376.672	78.442
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	6	26.073	1.778
Compromissos futuros	10	323.272	41.584
		349.345	43.362
Imobilizado	12	2.338	394
Intangível		101	53
		2.439	447
Total do Ativo Não circulante		351.784	43.809
TOTAL DO ATIVO		728.456	122.251
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			Não auditado
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	36.197	19.310
Outros tributos a recolher	5	4.016	971
PIS e COFINS diferidos	6	26.891	4.373
Dividendos	14	1.171	
Compromissos futuros	10	268.009	40.503
Outras contas a pagar	11	1.883	940
Total do Passivo Circulante		338.167	66.097
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos		29.903	3.847
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	17.910	6.968
Adiantamento para futuro aumento de capital	9		5.300
Provisões	15	13	11
Compromissos futuros	10	281.867	19.220
Outras contas a pagar	11	2.336	529
Total do Passivo Não circulante		332.029	35.875
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	20.556	4.531
Reservas de lucros	16.2	15.748	15.748
Lucros acumulados		21.956	
Total do Patrimônio líquido		58.260	20.279
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		728.456	122.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2022	2021 Não auditado
Receitas	17	348.667	181.234
Custos	18		
Custo do serviço de energia elétrica		(306.832)	(155.592)
Custo de operação		(6.683)	(3.354)
		<u>(313.515)</u>	<u>(158.946)</u>
Lucro bruto		<u>35.152</u>	<u>22.288</u>
Despesas e Receitas operacionais	18		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(28)	
Despesas gerais e administrativas		(1.509)	(2.109)
Outras despesas e receitas operacionais			(9)
		<u>(1.537)</u>	<u>(2.118)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>33.615</u>	<u>20.170</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		1.332	273
Despesas financeiras		(277)	(59)
		<u>1.055</u>	<u>214</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>34.670</u>	<u>20.384</u>
Tributos sobre o lucro	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(394)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.942)	(6.968)
		<u>(11.336)</u>	<u>(6.974)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>23.334</u>	<u>13.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		Não auditado
Lucro líquido do exercício	23.334	13.410
Resultado abrangente do exercício	<u><u>23.334</u></u>	<u><u>13.410</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.531	1.861	-	6.392
				Não auditado
Reversão de dividendos		477		477
Lucro líquido do exercício			13.410	13.410
Reserva de retenção de lucros		13.410	(13.410)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.531	15.748	-	20.279
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.531	15.748	-	20.279
Aumento de capital aprovado em 29/04/2022	16.025			16.025
Dividendos aprovados em 29/04/2022		(3.185)		(3.185)
Reversão de dividendos aprovados em 23/12/2022		3.185		3.185
Lucro líquido do exercício			23.334	23.334
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.378)	(1.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.556	15.748	21.956	58.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		34.670	20.384
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		3.234	2.696
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		28	
Depreciações e amortizações		165	36
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		215	40
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2	10
Compromissos futuros		(34.973)	(29.134)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(189)	(61)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(124)	(22)
		<u>3.028</u>	<u>(6.051)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(22.268)	(8.306)
Outros tributos compensáveis		(33.554)	(17.740)
Cauções e depósitos vinculados		(77)	(59)
Outros ativos operacionais		(121)	(232)
		<u>(56.020)</u>	<u>(26.337)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		16.887	11.320
Outros tributos a recolher		35.156	15.489
Outros passivos operacionais		738	142
		<u>52.781</u>	<u>26.951</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(211)</u>	<u>(5.437)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(622)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(211)</u>	<u>(6.059)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo financeiro indenizável		(48)	(53)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(48)</u>	<u>(53)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			5.300
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		10.725	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(312)	(20)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	22.1	<u>10.413</u>	<u>5.280</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>10.154</u>	<u>(832)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.132	4.978
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.978	5.810
		<u>10.154</u>	<u>(832)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Smart Energia LTDA. (Empresa ou EDP Smart Energia) é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 30 de junho de 2017 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; (iii) participar em outras empresas como sócia; e (iv) realizar parcerias comerciais; Em 17 de outubro de 2018, a ANEEL autorizou a Empresa a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, conforme despacho número 2.379, a Empresa tem autorização para atuar como Comercializador varejista e Comercializador livre.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 4.2); Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 22.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 53 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 53.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 53 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	31/12/2022	31/12/2021
		Não auditado
Bancos conta movimento		3.005
Aplicações financeiras		4.978
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	8.064
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	3.2	4.063
	12.127	-
Total	15.132	4.978

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Empresa estão remuneradas a taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

3.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 93,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

		Circulante				
		Valores Correntes				
		A vencer		Vencidas		
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	
					PECLD (Nota 4.2)	Valor líquido em 31/12/2022
						Saldo em 31/12/2021
						Não auditado
Consumidores						
Cientes livres	4.1	35.234	-	-	-	35.234
		35.234	-	-	-	35.234
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica		3.206	-	-	-	3.206
Energia de curto prazo		116	-	-	-	116
		3.322	-	-	-	3.322
Cientes						
Outros clientes		581	8	1	96	590
Total		581	8	1	96	590
		39.137	8	1	96	39.146

4.1 Clientes livres e Suprimento de Energia Elétrica

A variação da rubrica refere-se principalmente pelo aumento no volume de energia comercializada. Antes esses contratos estavam sobre a gestão da controlada em comum EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa.

4.2 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Empresa, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, estes são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Revisão de risco PECLD	Saldo em 31/12/2022
Concessionárias			
Cientes	(68)	(28)	(96)
Total Circulante	(68)	(28)	(96)

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis							
		Não auditado					
Imposto de renda e contribuição social a compensar		390	-	125	-	836	1.351
Total Circulante		390	-	125	-	836	1.351
Outros tributos compensáveis							
ICMS		100	-	-	-	-	100
PIS e COFINS	5.1	762	31.269	-	-	(30.893)	1.138
IRRF sobre aplicações financeiras		50	150	-	-	(35)	165
IR/CS retidos sobre faturamento		506	449	-	-	(740)	215
Outros		1.762	1.686	-	-	(1.881)	1.567
Total Circulante		3.180	33.554	-	-	(33.549)	3.185
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	394	-	-	(394)	-
Total Circulante		-	394	-	-	(394)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	5.2	907	39.896	-	(37.113)	-	3.690
PIS e COFINS		-	32.320	-	(115)	(32.203)	2
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		19	257	-	(131)	(116)	29
IRRF sobre juros s/ capital próprio	14	-	207	-	-	-	207
Encargos com pessoal		45	803	1	(761)	-	88
Total Circulante		971	73.483	1	(38.120)	(32.319)	4.016

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

A variação na rubrica refere-se a créditos sobre aquisição de materiais e serviços que foram utilizado para compensação do PIS/COFINS do passivo.

5.2 ICMS - Passivo a recolher

A variação na rubrica refere-se ao imposto calculado e pago sobre a venda de mercadorias realizadas durante o exercício.

6 Tributos diferidos

		Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
Nota		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado	
Outros tributos diferidos	6.1								
PIS e COFINS		24.791	3.746	26.073	1.778	26.891	4.373	29.903	3.847
Imposto de renda e contribuição social	6.2							17.910	6.966
		24.791	3.746	26.073	1.778	26.891	4.373	47.813	10.815

6.1 Outros tributos diferidos

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas pelo método do insumo (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

6.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.2.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Não auditado		Não auditado		Não auditado	
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais	1.334	1.470			(136)	1.470
Base Negativa da Contribuição Social	480	529			(49)	529
	1.814	1.999	-	-	(185)	1.999
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duv	10				10	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhist	4	3			1	3
Compromissos futuros	186.958	20.306	208.754	30.211	(11.891)	(9.905)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	854	114	812	98	26	16
Outras	2.016	919			1.097	919
Total diferenças temporárias	189.842	21.342	209.566	30.309	(10.942)	(6.968)
Total bruto	191.656	23.341	209.566	30.309	(11.127)	(4.969)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(191.656)	(23.341)	(191.656)	(23.341)		
Total	-	-	17.910	6.968		

6.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	Total Não circulante
27.695	50.061	37.966	37.966	37.968	191.656

7 Cauções e depósitos vinculados

	Valor líquido em 31/12/2021				Valor líquido em 31/12/2022	
	Adição		Atualização		Resgate	
	Não auditado		Não auditado		Não auditado	
Cauções	1.466	1.478	189	(1.401)	1.732	
Total circulante	1.466	1.478	189	(1.401)	1.732	

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Consumidores e concessionárias (Nota 4)												
Venda de Energia Elétrica												
EDP Trading	Controle comum	01/07/2022 a 31/12/2022	1.886	58							11.194	14.887
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/12/2019 a 30/06/2022	9	248		16				77	129	187
Porto do Pecém	Controle comum	01/07/2022 a 31/12/2022	5	5							62	52
Prestação de serviço												
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2022 a 31/12/2024	521								2.709	
			2.421	311	-	16	-	-	-	77	14.094	15.126
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/11/2021 a indeterminado								5.300		
			-	-	-	-	-	-	-	5.300	-	-
Fornecedores (Nota 13)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Trading	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2022					33.298	14.583			(311.747)	(124.149)
			-	-	-	-	33.298	14.583	-	-	(311.747)	(124.149)
Compromissos futuros												
EDP Smart Serviços	Controle comum	01/04/2021 a 31/12/2023	10	248		16				77	4	187
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2022 a 31/12/2024	1.679	3	853	2					2.344	
EDP Trading	Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2028		18.973		19.436	268.009	23.846	281.682	6.868	(557.386)	
			1.689	19.224	853	19.454	268.009	23.846	281.682	6.945	(555.038)	187
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2024							4	49	(174)	(658)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)												
EDP São Paulo	Controle comum	01/12/2015 A 31/12/2026							2	1	(6)	(1)
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/12/2015 A 31/12/2026							17	5	(336)	(76)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2024							158	73	(1.414)	(1.575)
			-	-	-	-	-	-	181	128	(1.930)	(2.310)
			4.110	19.535	853	19.470	301.307	38.429	281.863	12.450	(854.621)	(111.146)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controladora e as partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia. O contrato tem vigência a partir do dia 1º janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2026.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: Foi realizada a renovação, a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a controladora EDP - Energias do Brasil e as controladas EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

As partes celebraram o primeiro termo aditivo, prorrogando a vigência de 24 meses para 48 meses, a partir do dia 1º janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

Em 2020 foi assinado o contrato com vigência de 48 meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024.

9 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.300
AFACs - EDP - Energias do Brasil	10.725
Aumento de Capital social (Nota 16.1)	(16.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Empresa assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser deliberado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.1 Controladora direta

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

A Empresa celebra os contratos de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, nas modalidades atacadista e varejista, de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentada pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a empresa também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a empresa passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida no montante de R\$31.739 (R\$26.438 em 2021) registrada no resultado do exercício de 2022.

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	31/12/2021	AVP	Adição	Valor de Mercado	Parcela Realizada	31/12/2022
Não auditado						
Compromissos futuros	29.134	1.950	26.370	9.838	(3.184)	64.108
Pis/Cofins Diferidos	(2.696)	(180)	(2.439)	(910)	294	(5.931)
Total	26.438	1.770	23.931	8.928	(2.890)	58.177
Ativo	88.857					613.983
Passivo	59.723					549.876
	29.134					64.107
Ativo -PIS/Cofins Diferido	5.524					50.864
Passivo -PIS/Cofins Diferido	8.220					56.794
	(2.696)					(5.930)

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Não auditado				
Outros créditos - Ativo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		5		
Outros		619		498
Total		624		503
Outras contas a pagar - Passivo				
Credores diversos - consumidores e concessionárias		387		341
Folha de pagamento		128		46
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				181
Arrendamentos e aluguéis	11.2	377		2.098
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	990		491
Outros		1		
Total		1.883		2.336
				529

11.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) desde 1º de janeiro de 2019, a Empresa efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2022
Não auditado						
Circulante						
Edifícios	62	309	(312)	318	-	377
	62	309	(312)	318	-	377
Não circulante						
Edifícios	401	1.800		(318)	215	2.098
	401	1.800	-	(318)	215	2.098
Total	463	2.109	(312)	-	215	2.475

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2023	377	11,19%
Total	377	
Não circulante		
2024	59	11,19%
2025	333	11,19%
2026	300	11,19%
2027	270	11,19%
2028	243	11,19%
2029 até 2041	893	11,19%
Total	2.098	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	4.061	2.475
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(376)	(229)

12 Imobilizado

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
					Não auditado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13	2.533	(195)	2.338	8,33	424	(30)	394
Total Ativos de direito de uso		2.533	(195)	2.338		424	(30)	394
Total do imobilizado		2.533	(195)	2.338		424	(30)	394

12.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Empresa localizado em São Paulo.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos	Deprecia- ções	Valor líquido 31/12/2022
		Não auditado			
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.2.1	394	2.109	(165)	2.338
Total Ativos de direito de uso		394	2.109	(165)	2.338
Total do imobilizado		394	2.109	(165)	2.338

12.2.1 Edificações, obras civis e benfeitorias - Ingressos

O valor de ingressos em Edificações, obras civis e benfeitorias refere-se ao contrato de aluguel da sede da empresa localizada em São Paulo.

13 Fornecedores

Nota	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
	Não auditado	
Suprimento de energia elétrica (i)	13.1	35.150
Operações CCEE		14.641
Materiais e serviços		597
		4.195
		450
		474
Total	36.197	19.310

(i) O valor total de garantias de compras de energia é de R\$621 em 31 de dezembro de 2022 (não havia seguro garantia em 31 de dezembro de 2021).

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Suprimento de energia elétrica e Operações CCEE

A variação no exercício refere-se principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada. Antes esses contratos estavam sob a gestão da controlada em comum EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa.

14 Dividendos

Desde de 13 de fevereiro de 2020, os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelos sócios; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Empresa, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pelos sócios; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação em ata.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em 29 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma: (i) R\$671 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$3.185 como dividendos mínimos obrigatórios; e (iii) R\$9.555 como Reserva de retenção de lucros.

Foi aprovada em 23 de dezembro de 2022, a reversão de dividendos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$3.185 como Reserva de retenção de lucros.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2022, os sócios da Empresa aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$1.378, sendo R\$1.171 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	31/12/2021	Adicionais	JSCP	Reversão	31/12/2022
Não auditado					
EDP - Energias do Brasil	-	3.185	1.171	(3.185)	1.171
		3.185	1.171	(3.185)	1.171

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****15 Provisões**

Nota	Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
	Não auditado	
Provisões cíveis e trabalhistas	15.1	13
Total	13	11

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

15.1 Provisões cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

15.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
	Não auditado		
Cíveis	10	2	12
Outros	1		1
Total Não circulante	11	2	13

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$20.556 (R\$4.531 em 31 de dezembro de 2021), composto de 4.531.000 quotas ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, o aumento do Capital social da Empresa no valor de R\$16.025 sem emissão de novas quotas, mediante a capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da Controladora EDP - Energias do Brasil (Nota 9).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16.2 Reservas de lucros

Nota	31/12/2022	31/12/2021
	Não auditado	
Reservas de lucros		
Legal	16.3	771
Retenção de lucros	16.4	14.977
	15.748	15.748

16.3 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

16.4 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Empresa, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$671 é decorrente da destinação para reserva de retenção de lucros no exercício, da distribuição de dividendos conforme deliberadas na AGO realizada em 29 de abril de 2022 (Nota 14).

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A empresa negocia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Atualmente a empresa negocia a energia com os clientes em duas modalidades: Atacadista e Varejista. Na modalidade atacadista o cliente se torna um agente CCEE e possui contrato bilateral com a comercializadora para o registro de energia. Já na modalidade Varejista, a comercializadora é responsável por representar o cliente junto à CCEE.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• **Compromissos futuros:** Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo: A receita é reconhecida pela mensuração do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia.

	Nota	2022	2021
			Não auditado
Fornecimento - Faturado			
Energia de curto prazo		172	2.117
Comercialização de energia elétrica	17.1	384.025	179.477
Compromissos futuros	10	34.973	29.133
Outras receitas operacionais		5.113	4.068
		424.283	214.795
Receita operacional bruta		424.283	214.795
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
ICMS		(39.895)	(14.871)
PIS/COFINS		(35.488)	(18.493)
ISS		(233)	(197)
		(75.616)	(33.561)
Receitas		348.667	181.234

17.1 Comercialização de energia elétrica

A variação da rubrica refere-se principalmente pelo aumento no volume de energia comercializada atacadista. Antes esses contratos estavam sob a gestão da EDP Trading, resultado do deslocamento de consumidores para empresa no exercício de 2022.

18

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Com vendas	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	306.699				306.699
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.3		5.846		747	6.593
Material			8		10	18
Serviços de terceiros			687		513	1.200
Depreciação - Ativos de direito de uso					165	165
PECLD / perdas líquidas				28		28
Arrendamentos e aluguéis					(108)	(108)
Outras		133	142		182	457
		133	6.683	28	1.509	8.353
Total		306.832	6.683	28	1.509	315.052

	Nota	2021				
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	18.1	155.528				155.528
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.3		2.857	1.135		3.992
Material				4		4
Serviços de terceiros			383	623		1.006
Depreciação - Ativos de direito de uso				36		36
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					9	9
Arrendamentos e aluguéis			1	78		79
Outras		64	113	233		410
		64	3.354	2.109	9	5.536
Total		155.592	3.354	2.109	9	161.064

18.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
			Não auditado
Energia de curto prazo		582	199
Encargo de Energia de Reserva - EER	18.1.1	5.804	782
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	18.1.2	9.503	18.115
Contratos de comercialização de energia	18.1.3	322.843	154.815
Outros		(765)	(2.528)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(31.268)	(15.855)
		306.699	155.528

18.1.1 Encargo de Energia de Reserva - EER

A variação da rubrica refere-se ao fato que houve um aumento de contratos de comercialização de energia e também volume comercializado como o encargo é cobrado por volume de energia comercializado o valor final pago em encargos foi maior.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.1.2 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A variação da rubrica refere-se ao fato que apesar do aumento do volume comercializado o encargo para o exercício de 2022 foi significativamente mais baixo, devido a uma melhora no cenário hídrico. O valor por MWh do ESS foi menor, pois a melhora do cenário hídrico gera fontes mais baratas, além de reduzir o PLD médio também abaixo do custo de encargos de serviços de sistema cobrados. Mesmo com o aumento do volume de energia comercializada, não foi suficiente para causar um aumento como ESS.

18.1.3 Contratos de comercialização de energia

A variação da rubrica refere-se principalmente pelo aumento no volume de energia comercializada no Ambiente de Comercialização Livre. A partir, 2021, a Empresa passou a operar contratos de comercialização com cliente final no ambiente livre, impactando, assim, significativamente a composição de sua carteira de clientes e contratos.

18.3 Pessoal e Administradores

	2022	2021
	Não auditado	
Pessoal		
Remuneração	3.310	1.883
Encargos	1.130	630
Previdência privada - Corrente	114	86
Programa de demissão voluntária	2	
Despesas rescisórias	47	80
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	776	329
Outros benefícios - Corrente	553	425
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	4	
Outros	69	
	<u>6.005</u>	<u>3.433</u>
Administradores		
Honorários e encargos	522	444
Benefícios dos administradores	66	115
	<u>588</u>	<u>559</u>
	<u>6.593</u>	<u>3.992</u>

19 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
		Não auditado	
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		960	154
Energia vendida		2	30
Juros e multa sobre tributos	5	125	22
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(90)	(42)
Outras receitas financeiras		<u>335</u>	<u>109</u>
		<u>1.332</u>	<u>273</u>
Despesas financeiras			
Juros e multa sobre tributos	5	(1)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.1.1	(2)	(1)
Arrendamentos e aluguéis		(215)	(40)
Outras despesas financeiras		<u>(59)</u>	<u>(18)</u>
		<u>(277)</u>	<u>(59)</u>
Total		<u>1.055</u>	<u>214</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Empresa optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2022	2021
	Não auditado	
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	34.670	20.384
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(11.788)</u>	<u>(6.931)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Doações	(3)	
Juros sobre o capital próprio	469	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(6)
Outras	(14)	(37)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(11.336)</u>	<u>(6.974)</u>
Alíquota efetiva	33%	34%

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

		Valor justo		Valor contábil	
Nota	Nível	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Não auditado		Não auditado	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	12.127		12.127	
Contrato de compromisso futuro	Nível 3	245.068	88.857	245.068	88.857
		257.195	88.857	257.195	88.857
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento	Nível 2	3.005	4.978	3.005	4.978
Consumidores e concessionárias	4	39.146	16.906	39.146	16.906
Cauções	7	1.732	1.466	1.732	1.466
Outros créditos - Partes relacionadas	8	5	5	5	5
		43.888	23.355	43.888	23.355
Total		301.083	112.212	301.083	112.212
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Contrato de compromisso futuro	Nível 3	549.876	59.723	549.876	59.723
		549.876	59.723	549.876	59.723
Custo amortizado					
Fornecedores	13	36.197	19.310	36.197	19.310
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	181	128	181	128
Arrendamentos e aluguéis	11	2.533	463	2.475	463
		38.911	19.901	38.853	19.901
Total		588.787	79.624	588.729	79.624

21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos. As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;
- (ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

21.1.2.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Companhia refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A empresa não efetua transação de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

21.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos. Deve-se considerar que a Empresa está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	8.064	1.225		1.225	313	628	(310)	(617)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	4.063	97		97	23	45	(23)	(47)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.732	29		29	7	14	(7)	(14)
		13.859	1.351	-	1.351	343	687	(340)	(678)
Compromissos futuros	PLD	613.983		613.983	613.983	613.983	(272.182)	(542.422)	268.296
Instrumentos financeiros passivos	PLD	613.983	-	613.983	613.983	613.983	(272.182)	(542.422)	268.296
Compromissos futuros	PLD	(549.876)		(549.876)	(549.876)	(549.876)	269.744	539.490	(269.745)
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(549.876)	-	(549.876)	(549.876)	(549.876)	269.744	539.490	(269.745)
		64.107	-	64.107	64.107	64.107	(2.438)	(2.932)	(1.449)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou intervalos entre 7,6% e 13,8% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Empresa em 31 de dezembro de 2022 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						Total
Fornecedores	36.197					36.197
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				181		181
Arrendamentos e alugueis	33	100	244	1.205	893	2.475
Compromisso futuro	24.778	47.181	196.050	281.867		549.876
	61.008	47.281	196.294	283.253	893	588.729

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

A Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA. Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa não possuía saldo aplicado.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas, quando aplicável, não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Empresa tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Empresa. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Empresa, em seus contratos, apresenta cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP - Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Empresa possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
		Não auditado
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.132)	(4.978)
Dívida líquida	(15.132)	(4.978)
Total do Patrimônio Líquido	58.260	20.279
Total do capital	43.128	15.301
Índice de alavancagem financeira - %	-35,09%	-32,53%

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2022					
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
	Não auditado				
Dividendos	-			1.171	1.171
Arrendamentos e aluguéis	463	(312)	215	2.109	2.475
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9	5.300		(5.300)	-
Capital social	16.1	4.531	10.725	5.300	20.556
		10.294	215	3.280	24.202
2021					
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
					Não auditado
Dividendos	477			(477)	-
Arrendamentos e aluguéis	19	(20)	40	424	463
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	5.300			5.300
Capital social	4.531				4.531
	496	5.280	40	(53)	10.294

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022
Aumento de capital com integralização de AFAC	5.300
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	2.109
Total	7.409

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	Total geral	Não auditado
Materiais e serviços	1.241	447	15	1.703	2.723
	1.241	447	15	1.703	2.723

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	Total geral	Não auditado
Materiais e serviços	1.198	469	18	1.685	2.677
	1.198	469	18	1.685	2.677

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****24 Cobertura de seguros**

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
			Não auditado	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Seguro de vida	4.635	(*)	1.711	(*)

(*) Na Empresa, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Empresa, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e

(ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

25 Eventos subsequentes**25.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Empresa não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Empresa segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Dyogenes Rosi
Diretor

Diogo Franzon Baraban
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O